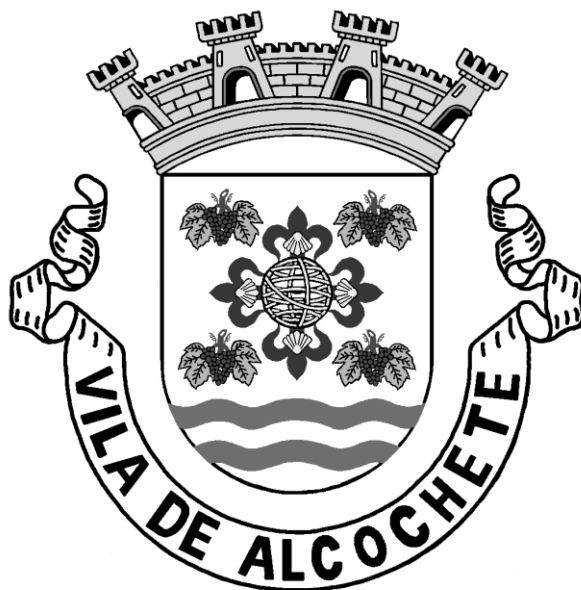




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 04/17

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 27 DE JUNHO
DE 2017**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, na vila de Samouco e edifício da Junta de Freguesia, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, João Ladislau Teles de Matos, Henrique Infante da Câmara, Sérgio Miguel Pratas Duarte; Luís Manuel Teopisto Cardoso, Rui Manuel da Graça Santa, Ana Cristina Tavares Almeida Brandão e Paula Alexandra Ferrão Pereira.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Manuel Carlos Bento Fradiano e Maria Amélia Martins Faria dos Santos.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Patrícia Pinto Felizes Figueira e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Pelo Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU) e António Joaquim Gomes Almeirim (CDU).

Faltaram à sessão:

- Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Miriam Pires Boieiro

- Bruno José Pereira Soares, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por Mário Catalão Boieiro.

- João Manuel Alves Nunes do Valle, por motivo de saúde, tendo sido substituído por Pedro Louro, em virtude de Maria da Graça de Medeiros Cabral também não poder comparecer por motivos de ordem profissional.

- Luís Miguel Fernandes Madeira, em virtude de à mesma hora se estar a realizar a sessão da Assembleia de Freguesia de S. Francisco.

- Mário Luís Pintado Alves, por motivo de ordem profissional.

- Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo por motivo de doença.

As justificações de falta foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

Faltou o vereador José Luís dos Santos Alfélua por se encontrar de férias.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

No início dos trabalhos, o presidente da Assembleia Municipal propôs que a apresentação e discussão do ponto número 2 da Ordem do Dia fosse feita no imediato, dada a presença dos professores Paulo Madruga e Augusto Mateus, em representação da firma Augusto Mateus & Associados, o que foi aceite por unanimidade.

O presidente da Câmara, sucintamente, afirmou que o plano possui a essência da estratégia que foi construída ao longo dos anos e contém os contributos internos ao nível do planeamento e das etapas e momentos do planeamento, fazendo a síntese do plano que é um processo contínuo, flexível e em permanente atualização.

De acordo com a apresentação em *power-point*, a visão do “Alcochete 2030” assenta em duas vertentes: Alcochete como um território de capitalidade nas funções associadas à biodiversidade, conservação e valorização da natureza e a função de “porta de entrada” da Reserva Natural do Estuário do Tejo” e com uma singularidade e forte identidade que permite construir uma atratividade diferenciadora.

O Plano Estratégico prevê as seguintes operações estruturantes: regeneração e requalificação da frente ribeirinha de Alcochete; a qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos; a valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais; a localização, iniciativa e inovação empresarial; a conectividade e mobilidade e a rede de governança e governabilidade.

O professor Augusto Mateus, sucintamente, apresentou a visão e estratégia para Alcochete no horizonte temporal de 2030, defendendo a necessidade de definição de uma estratégia que sirva quem está em Alcochete e para quem não está mas gosta de Alcochete ou quem está interessado em que Alcochete se transforme numa coisa melhor, servindo também para captar pessoas para o concelho.

Considera que o ponto mais forte se centra em conseguir construir, conquistar e aceder a funções centrais na ecologia, isto é, naquilo que é gestão e desenvolvimento do Tejo, sem ser apenas a Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Submetido à discussão, usaram da palavra os seguintes membros:

- Pedro Canteiro:

Agradeceu a presença dos professores Augusto Mateus e Paulo Madruga na apresentação do estudo.

Questionou que tipo de levantamento foi feito relativamente ao plano de atratividade, de investimento e de empregabilidade.

- Mário Boieiro:

Agradeceu a exposição do trabalho. Entende que o mesmo espelha o que há de mais-valia no concelho, apontando rumos fundamentais para o desenvolvimento, mas gostava de saber também quais pontos fracos e qual o impacto do aeroporto no concelho.

- Luiz Batista:

Acompanhou a apresentação dos planos de 2005, 2009 e 2015 e na sessão de hoje, acompanhou a exposição do prof. Augusto Mateus pelo plano “Alcochete 2025”, e concluiu que o que se apresenta no plano de hoje, já constava neste, pelo que pergunta o que é que este “upgrade” para 2030 pode trazer de novo.

Em resposta, o prof. Augusto Mateus esclareceu que as diferenças são mais de políticas públicas nacionais e da alteração do quadro nas eleições. Facilmente se percebe que a forma como foi privatizada a ANA, por uma empresa francesa emergente que tem no aeroporto de Lisboa o seu maior aeroporto e é muito diferente da visão que está construída pela acentuação dos pontos fortes de Portugal, comparando com pontos fortes de aeroportos na Alemanha.

O novo aeroporto de Lisboa foi pensado como a constituição de um nó robusto, forte, dinâmico, mas secundário articulado com vantagens a Sul e a Poente, nomeadamente para tudo o que é América do Sul e África e ao mesmo tempo ganhando massa crítica para receber aviões de todo o mundo e acompanhar o turismo das linhas de longo curso.

A ANA à revelia da estratégia para Alcochete, não jogou a cartada de uma aliança com a Alemanha. Lisboa tem vantagem face a Frankfurt e a Munique do ponto de vista de um posicionamento do Atlântico Sul e na relação com África. Isto inviabiliza a construção de um aeroporto de raiz e facilita a lógica de um anexo, ou seja, uma coisa rocambolesca, cheia de problemas e em que talvez a única coisa agradável para quem vive em Alcochete seja a proximidade ao Samouco, dado nem sequer ser possível falar em aeroporto especializado. Não é previsível grande emprego associado porque não há nenhuma atividade conexas, dado tratar-se, basicamente, de uma pista com problemas pelo que nesta zona a expansão do aeroporto gerida por uma lógica de escassez de recursos para tentar aumentar um bocadinho a oferta é sempre muito aquém da potencial oferta.

No essencial, há um desafio, que é não tornar Alcochete tão dependente, retirá-la dos pontos fracos, ou seja da dependência de grandes obras públicas que são tomadas sem que Alcochete tenha um papel relevante nas mesmas.

O que se pede é a construção de uma verdadeira cidade aeroportuária com empregos qualificados e significativos e Alcochete tem que continuar a preparar-se para escolher o que é bem feito.

As análises “swot” tornaram-se uma necessidade nestas coisas, mas a preocupação do estudo é muito centrada na correção dos pontos fracos, na organização da defesa contra as ameaças. É uma estratégia mais ofensiva projetar Alcochete 2050 em Alcochete 2030. Não contar com ajudas de fora e potenciar o que já há, relacionando-se o melhor possível com o público e o privado.

O presidente da Assembleia colocou à discussão a seguinte ata:

- Ata da sessão ordinária de 27 de abril de 2017

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha:

Solicitou informação relativamente às obras em curso bem como às que se encontram perspectivadas, bem como a gestão e utilização de fundos comunitários nas mesmas, salientando que estas se concretizam graças ao executivo CDU e que tiveram a abstenção do PS e os votos contra do PSD e CDS-PP.

- Mário Boieiro:

Perguntou qual a razão de nunca terem sido arrançados os espaços públicos no Núcleo C, onde reside, e se o virão a ser, bem como o que pretende a Câmara fazer com a reabilitação urbana na zona.

Em relação ao *resort* na Praia dos Moinhos, afirmou que o Plano de Reabilitação apresentava um projeto turístico, contudo o que vê publicitado são apartamentos para venda, entre 160 e 600 mil euros, pelo que lhe parece que está ali a crescer um projeto imobiliário.

- Luiz Batista:

Corrigiu uma afirmação de Natacha Patinha, dizendo que o PSD não votou contra as obras.

- Iolanda Nunes:

Em relação à mesma afirmação, esclareceu que a posição do PS não foi de abstenção em relação às obras, mas sim relativamente à contração do empréstimo.

- Pedro Canteiro:

Solicitou esclarecimento em relação ao estado de conservação do antigo depósito de água, (junto ao quartel dos bombeiros), dado que o mesmo se encontra vedado.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Patrícia Figueira em nome do CDS-PP e PSD, apresentou um Voto de Pesar pelas “Vítimas de Pedrógão Grande”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Rodolfo Pereira, em nome da CDU, apresentou um Voto de Pesar pelas “Vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Góis”

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

Luiz Batista sugeriu que o minuto de silêncio fosse feito em nome dos proponentes dos dois votos de pesar, o que foi aceite e cumprido. Solicitou também a correção na indicação da área ardida indicada no documento.

- Ana Cristina Brandão em nome da CDU, apresentou uma Saudação aos ”Bombeiros Portugueses”.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

**PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA
CÂMARA MUNICIPAL**

- Presidente da Câmara:

Em relação à afirmação de Luiz Batista, salientou que não vale a pena mascarar uma situação que praticaram aquando da deliberação acerca da proposta dos documentos previsionais da Câmara, no âmbito da qual o CDS-PP e o PSD votaram contra, dado que nestes consta um PPI, que contem rubrica a rubrica não só as obras que se propunha iniciar e desenvolver durante o presente exercício como ainda igualmente todas as obras que a Câmara se propunha candidatar a Fundos Comunitários. É legítimo afirmar-se com ou sem protesto que votaram contra a realização das obras, porque quem vota contra no planeamento de obras, um plano plurianual de obras, não se percebe porque razão é que depois as aprova noutra sede, para já não trazer à colação a questão da apreciação e votação na generalidade, porque o procedimento nos municípios não existe (não há votação na generalidade e na especialidade).

Referiu ainda, que se o PSD e o CDS-PP pretendem agora dar mais a Alcochete, Samouco e S. Francisco, deveriam acrescentar que votaram contra tudo, lembrando que Luiz Batista também votou contra a obra de requalificação da frente ribeirinha de Alcochete.

De seguida enunciou as obras que estarão concluídas durante esta legislação (e para além do fim desta) e as que se prevê venham a ter início no último trimestre do corrente ano, bem como as que terão compartição pelos Fundos Comunitários.

Quanto ao empreendimento turístico “Praia do Sal”, trata-se de turismo residencial com um hotel de quatro estrelas que cumpre o consignado no âmbito do regime jurídico dos empreendimentos de turismo. Esclareceu também, que os trabalhos na envolvente, não resultam da boa vontade do promotor, mas sim das imposições que a Câmara apresentou e às quais vinculou a empresa.

Mais esclareceu, que a zona de residência de Mário Boieiro está fora da área de reabilitação urbana aprovada pela Câmara e pela Assembleia, contudo, oportunamente a Câmara dará conhecimento da decisão que for tomada para a referida zona.

- Vereador Jorge Giro:

Explicou que o espaço envolvente ao depósito de água se encontra vedado, devido ao facto de a sonda de nível se encontrar avariada fazendo com que o depósito encha e em consequência deixe passar água e informou que não existe perigo para quem passe perto, sendo que, eventualmente apenas poderá ficar salpicado com alguns pingos.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Colocado à discussão não se registaram intervenções.

PONTO 2 – ALCOCHETE 2030 – VISÃO & ESTRATÉGIA – CONSTRUINDO O FUTURO: AGENDA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Após uma apresentação efetuada no início da sessão (autorizada pela Assembleia) pelo professor Augusto Mateus, foi o assunto submetido à discussão e votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Miriam Boieiro fez declaração de voto em nome da CDU.

PONTO 3. – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – RECRUTAMENTO DE UM DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU - DATAEC

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (FEF) PARA O ANO DE 2018

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Mário Boieiro:

Voltando á questão do Núcleo C, afirmou que a Câmara não vendeu terrenos seus, mas sim, vendeu terrenos que expropriou a privados e depois loteou-os e vendeu-os em lotes e na sua opinião a isto chama-se projetos imobiliários. Em suma, numa altura em que não havia habitação de privados, a Câmara substituiu-se ao seu papel e no fundo, apenas pretende saber o que é que a Câmara tem previsto para arranjo do espaço público naquela zona.

Em relação ao empreendimento na Praia dos Moinhos, entende que a Câmara diz-se defensora do interesse público, mas aquela construção é do interesse dos privados.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu Mário Boieiro que não se pode confundir o Núcleo C com a área de reabilitação urbana. A Câmara loteou, não foi promotora imobiliária.

Lamenta que passados anos a Câmara ainda não tenha intervindo na zona, mas é necessário aguardar que haja capacidade para ali desenvolver projetos.

Quanto ao empreendimento turístico na Praia dos Moinhos, reiterou a sua anterior afirmação e lembrou que os Vistos *Gold* não são responsabilidade da Câmara mas sim do Governo formado pelo PSD-CDS-PP.

- António Almeirim:

Informou que no final da legislatura cumprirá três mandatos na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Samouco, abandonando por isso o cargo, mas nunca a qualidade de autarca.

Agradeceu em nome da junta de freguesia ao professor Augusto Mateus e à sua equipa, bem como à Câmara Municipal dada a sua vontade nesta matéria.

Afirmou ficar reconhecido à Câmara pela obra concretizada na praça da República, apesar de votos contra e abstenções.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:40 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: